



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SEE-DF

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
DO DISTRITO FEDERAL

Professor Substituto
Língua Portuguesa

EDITAL Nº 36, DE 26 DE AGOSTO DE 2025

CÓD: SL-149ST-25
7908433283737

Língua Portuguesa e Redação Oficial

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	11
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	14
3. Domínio da ortografia oficial	20
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual. emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciamento textual.....	26
5. Emprego de tempos e modos verbais	31
6. Domínio da estrutura morfossintática do período. relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	32
7. Emprego das classes de palavras	37
8. Emprego dos sinais de pontuação	46
9. Concordância verbal e nominal	52
10. Regência verbal e nominal.....	56
11. Emprego do sinal indicativo de crase.....	60
12. Colocação dos pronomes átonos	62
13. Reescrita de frases e parágrafos do texto. substituição de palavras ou de trechos de texto. retextualização de diferentes gêneros e níveis de formalidade	63
14. Significação das palavras.....	66
15. Figuras de linguagem	71

Conhecimentos Acerca do Distrito Federal

1. Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do distrito federal e da região integrada de desenvolvimento do distrito federal e entorno (ride), instituída pela lei complementar nº 94/1998 e suas alterações	77
--	----

Temas Educacionais e Pedagógicos

1. Planejamento e organização do trabalho pedagógico: processo de planejamento; concepção, importância, dimensões e níveis.....	87
2. Planejamento participativo; concepção, construção, acompanhamento e avaliação	87
3. Planejamento escolar; planos da escola, do ensino e da aula	88
4. Currículo do proposto à prática	92
5. Tecnologias da informação e comunicação na educação	95
6. Educação integral.....	96
7. Educação do campo	97
8. Educação de jovens e adultos	102
9. Educação ambiental.....	104
10. Educação/sociedade e prática escolar	105
11. Tendências pedagógicas na prática escolar	105
12. Didática e prática histórico-cultural	107
13. A didática na formação do professor	109
14. Aspectos pedagógicos e sociais da prática educativa, segundo as tendências pedagógicas.....	111

15. Processos de ensino e de aprendizagem	112
16. Relação professor/aluno; compromisso social e ético do professor.....	115
17. Componentes do processo de ensino: objetivos, conteúdos, métodos, estratégias e meios.....	116
18. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do conhecimento.....	117
19. Avaliação escolar e suas implicações pedagógicas	119
20. O papel político-pedagógico e organicidade do ensinar, aprender e pesquisar	119
21. Função histórico-cultural da escola	120
22. Escola; comunidade escolar e contextos institucional e sociocultural.....	121
23. Projeto políticopedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores	121
24. Políticas públicas para a educação básica.....	123
25. Gestão democrática	124

Conhecimentos Específicos

Professor Substituto - Língua Portuguesa

1. Fonética e fonologia: relação entre fonema e letra. encontros vocálicos e consonantais, dígrafos. separação silábica e translineação	127
2. Acentuação gráfica e tônica: regras do acordo ortográfico da língua portuguesa.....	136
3. Ortografia e pontuação: ortografia oficial: regras atualizadas, uso do hífen, grafia de palavras	142
4. Emprego dos sinais de pontuação: valor sintático e semântico. efeitos de sentido provocados pela pontuação.....	142
5. Morfologia: estrutura e formação de palavras: radicais, afixos, desinências, vogal temática. processos de formação de palavras.....	142
6. Classes de palavras: características morfológicas e sintáticas, flexão e emprego.....	147
7. Sintaxe: termos essenciais, integrantes e acessórios da oração. frase, oração e período: distinções e classificações. período simples: análise morfossintática. período composto por coordenação: tipos e relações semânticas. 4.5 período composto por subordinação: orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais	147
8. Concordância verbal e nominal	147
9. Regência verbal e nominal.....	147
10. Colocação pronominal	147
11. Semântica: relações semânticas: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia e ambiguidade. conotação e denotação. ambiguidades e implicações no uso da linguagem	147
12. Variação linguística: aspectos históricos, regionais, sociais e situacionais	147
13. Linguagem e estilística: funções da linguagem	148
14. Figuras de linguagem	148
15. Níveis de linguagem: culto, coloquial, gírias, jargões, regionalismos e estrangeirismos	148
16. Noções de estilística: escolha lexical, construção sintática, efeitos de sentido	150
17. Coesão e coerência textual: referenciação, substituição, elipse, conectores	155
18. Leitura, produção textual e análise discursiva: coesão e coerência textual: referenciação, substituição, elipse, conectores, progressão temática	155
19. Tipologia textual. gêneros textuais	155
20. Leitura crítica e interpretação de textos verbais e não verbais	155
21. Reescrita e reformulação de textos	156
22. Multiletramentos, semiótica e multimodalidade	156
23. Leitura e produção de textos em diferentes níveis de formalidade e contextos de uso.....	157

ÍNDICE

24. Literatura: teoria, história e ensino: conceito de literatura e funções da arte literária: literatura como manifestação estética da linguagem, experiência humana e construção simbólica; função artística, cognitiva, social, cultural, política e formativa da literatura	159
25. Teoria dos gêneros literários: lírico, narrativo (ou épico) e dramático, suas características estruturais, temáticas e estilísticas.....	163
26. Estilos de época e movimentos literários na história da literatura brasileira: literatura de tradição oral e literatura colonial (manifestações indígenas, jesuíticas e barrocas); arcadismo (neoclassicismo); romantismo (três gerações e construção da identidade nacional); realismo e naturalismo; parnasianismo; simbolismo; pré-modernismo; modernismo (primeira, segunda e terceira fases); tendências contemporâneas (pós-modernismo, literatura marginal e periférica, literatura afro-brasileira, indígena, regionalismos e outras vozes emergentes). literatura brasileira: principais autores, obras e temas representativos de cada período histórico e estilo literário.....	168
27. Relações entre literatura, cultura e sociedade: literatura como instrumento de construção de identidades, memória coletiva, crítica social e representação das diversidades culturais, e étnicas	176
28. Metodologias e práticas de leitura literária na educação básica: mediação da leitura estética e crítica; formação do leitor literário	180
29. Ensino da língua portuguesa: práticas pedagógicas e organização do trabalho pedagógico no ensino de língua portuguesa.....	183
30. Planejamento e desenvolvimento de atividades que integrem os eixos estruturantes da área: leitura, oralidade, produção textual, análise linguística/semiótica e literatura	187
31. Ensino e aprendizagem da produção textual (processos de produção: planejamento, escrita, revisão e reescrita); gêneros textuais diversos e suas funções sociais; adequação à norma padrão e à situação comunicativa; coesão e coerência textual e progressão temática	190
32. Ensino da leitura e da escuta ativa: estratégias de leitura; leitura de textos verbais, não verbais e multimodais; formação de leitores competentes, críticos e autônomos.....	190
33. Ensino da gramática em contextos de uso: abordagem reflexiva da gramática integrada à leitura e à produção textual; análise linguística como instrumento para compreensão e aperfeiçoamento da escrita; ensino de aspectos morfossintáticos, semânticos e ortográficos com base em situações reais de comunicação.....	192
34. Metodologias e abordagens para o ensino de língua portuguesa: ensino por projetos, sequências didáticas e atividades contextualizadas; uso de metodologias ativas, oficinas de leitura e escrita; incorporação de recursos digitais e tecnologias educacionais	195
35. Avaliação para as aprendizagens em língua portuguesa: avaliação diagnóstica, formativa e somativa; diversificação de procedimentos e instrumentos avaliativos	196
36. Diretrizes e documentos curriculares para o ensino de língua portuguesa: diretrizes curriculares nacionais da educação básica	197
37. Base nacional comum curricular (bncc): competências específicas de língua portuguesa no ensino fundamental	207
38. Currículo em movimento do distrito federal: objetivos de aprendizagem para o ensino fundamental e médio	225
39. A área de linguagens e suas tecnologias no ensino médio, com foco na integração entre os componentes curriculares ..	226
40. A língua portuguesa como instrumento de comunicação, de acesso ao conhecimento e ao exercício da cidadania e de desenvolvimento dos letramentos e multiletramentos.....	227
41. Integração dos eixos estruturantes para o ensino da língua portuguesa (leitura, oralidade, escrita, análise linguística/ semiótica e literatura).....	228

Material Digital

Legislação

1. Constituição da república federativa do brasil de 1988 (título viii, capítulo iii – da educação, da cultura e do desporto, seção i – da educação)	5
2. Lei complementar nº 840/2011 e suas alterações (título i – das disposições preliminares; título v – dos deveres; título vi – do regime disciplinar; título vii – dos processos de apuração de infração disciplinar).....	8
3. Lei federal nº 9.394/1996 e suas alterações (lei de diretrizes e bases da educação nacional: título i – da educação até título ix – das disposições transitórias)	19
4. Lei federal nº 8.069/1990 e suas alterações (estatuto da criança e do adolescente: título i – das disposições preliminares; título ii – dos direitos fundamentais; título iv – das medidas pertinentes aos pais ou responsável; título v – do conselho tutelar).....	39
5. Lei orgânica do distrito federal (título i – dos fundamentos da organização dos poderes e do distrito federal; título ii – da organização do distrito federal; título iii – da organização dos poderes; título vi, capítulo iv – da educação, da cultura e do desporto)	52
6. Resolução cefd nº 2/2023 (normas e diretrizes para a educação básica no sistema de ensino do distrito federal)	79
7. li plano distrital de política para mulheres 2020-2023	111
8. Decreto nº 44.918/2023 (valorização das mulheres e combate ao machismo no âmbito da seedf)	117
9. Plano distrital de educação (pde 2015 - 2024)	118
10. Plano nacional de educação (pne 2014-2024).....	120
11. Base nacional comum curricular; (bncc).....	121
12. Diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica.....	162
13. Currículo em movimento da educação básica – pressupostos teóricos	163
14. Diretrizes de avaliação educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala	164

Educação Inclusiva

1. Legislação e documentos normativos relacionados à educação inclusiva: declaração de salamanca (1994)	169
2. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: diretrizes para a inclusão escolar (2008)...	178
3. Resolução cne/ceb nº 4/2009.....	184
4. Lei federal nº 12.764/2012 (lei berenice piana – política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista)	185
5. Lei federal nº 13.146/2015 (lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência – estatuto da pessoa com deficiência: título ii – dos direitos fundamentais, capítulo iv – do direito à educação)	187
6. Parecer cne/ceb nº 50/2023	188
7. Resolução cefd nº 3/2023.....	198
8. Documentos orientadores da secretaria de estado de educação do distrito federal – seedf: currículo em movimento da educação especial.....	202
9. Orientação pedagógica da educação especial	203
10. Caderno de orientação pedagógica da educação especial na perspectiva inclusiva 2025	204
11. Fundamentos pedagógicos e elementos estruturantes da prática docente na educação especial e inclusiva.....	205
12. Histórico das políticas da educação especial na perspectiva da educação inclusiva	207

ÍNDICE

13. As especificidades do atendimento educacional especializado: plano de atendimento educacional especializado, adequação curricular, aspectos sociais, legais e pedagógicos da relevância da educação especial, na perspectiva inclusiva adotada pela secretaria de estado de educação do distrito federal	211
14. Tecnologias assistivas e suas possibilidades de recursos, estratégias e práticas no processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar	214
15. Diferença entre dificuldades de aprendizagem e transtornos de aprendizagem e estratégias de intervenção aplicada	214
16. O papel do professor no processo de ensino e aprendizagem na educação especial e inclusiva	221
17. O papel do professor no estudo de caso	222
18. O papel do professor na formulação, aplicação, revisão e avaliação da adequação curricular; o papel do professor do atendimento educacional especializado no assessoramento da adequação curricular	228
19. Parâmetros globais do estudo de caso	231
20. A prática pedagógica inclusiva com foco no atendimento à diversidade na escola.....	239
21. Capacitismo: conceito e enfrentamento nas práticas educativas.....	249
22. Noções fundamentais sobre deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação	256
23. Estratégias pedagógicas inclusivas da educação precoce à eja adotadas pela seedf	257
24. Noções gerais sobre transtorno do espectro autista (tea), deficiência intelectual (di), deficiências múltiplas (dmu) e altas habilidades/superdotação (ah/sd): conhecimento básico sobre os principais conceitos, características e classificações dessas condições, conforme a classificação internacional de doenças - cid-11; reconhecimento de sinais e características comuns observadas no contexto escolar	265
25. Compreensão das implicações pedagógicas e das necessidades educacionais específicas associadas a cada uma dessas condições	272
26. Estratégias pedagógicas diferenciadas para o planejamento e a mediação de práticas inclusivas, considerando os aspectos cognitivos, sociais, emocionais e comportamentais dos estudantes.....	274
27. Adequações curriculares e metodológicas para garantir o acesso, a participação e a aprendizagem no ambiente escolar inclusivo	280
28. Educação de jovens e adultos com deficiência intelectual: práticas pedagógicas e preparação para o mundo do trabalho	289
29. Princípios e fundamentos da educação de jovens e adultos (eja) na perspectiva da inclusão: características e necessidades específicas dos estudantes com deficiência intelectual na eja interventiva	293
30. Estratégias pedagógicas que promovam a aprendizagem significativa, o desenvolvimento da autonomia, da autoestima e da cidadania	299
31. Planejamento e adequações curriculares com foco na funcionalidade, na realidade sociocultural dos educandos e na valorização dos saberes prévios.....	305
32. Mediação da aprendizagem por meio de metodologias ativas, uso de recursos acessíveis e contextualização do conteúdo escolar com a vida cotidiana.....	312
33. Formação para o mundo do trabalho: práticas educativas voltadas à qualificação, ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, à inserção produtiva e à construção de projetos de vida autônomos e inclusivos	313
34. Interface com políticas públicas de educação profissional, geração de renda e economia solidária	318
35. Tipos de turmas para estudantes com deficiência/tea: fundamentação pedagógica e legal dos tipos de turmas conforme documentos norteadores da seedf	324
36. Objetivos específicos de cada modalidade de turma para estudantes com deficiência/tea	329
37. Formas de implementação e critérios da estratégia de matrícula vigente	333
38. Contribuição para a cultura inclusiva na escola.....	337
39. Normativos para a promoção da equidade, diversidade e direitos humanos na educação: lei distrital nº 6.367/2019 (inclusão do ensino de noções básicas sobre a lei maria da penha como conteúdo transversal do currículo nas escolas públicas do distrito federal)	342

ÍNDICE

40. Lei distrital nº 4.374/2009 (dia de combate à homofobia no distrito federal)	342
41. Lei distrital nº 7.395/2024 (política distrital de proteção e direito de matrícula de crianças migrantes, refugiadas, apátridas e solicitantes de refúgio de 6 meses a 6 anos de idade, nas redes públicas de educação)	342
42. Portaria seedf nº 279/2018 (política de acolhimento e atendimento de estudantes indígenas na rede pública de ensino do distrito federal)	343
43. Lei distrital nº 5.816/2017 (priorização da recepção de crianças indígenas na rede pública de ensino e nas creches do distrito federal)	345
44. Resolução cne/cp nº 1/2012 (diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos).....	345
45. Portaria mec nº 470/2024 (política nacional de equidade, educação para as relações étnico-raciais e educação escolar quilombola-pneerq)	347
46. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana – 2013.....	349
47. Diretrizes operacionais e pedagógicas para a escolarização da população em situação de rua (pepop) da seedf.....	350
48. Questões.....	351
49. Gabarito	353

Atenção

- Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO OFICIAL

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitam sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

► Importância da Compreensão dos Tipos de Linguagem

Entender os tipos de linguagem é crucial para uma interpretação de textos eficaz, pois permite que o leitor reconheça como as mensagens são construídas e transmitidas. Em textos que utilizam apenas a linguagem verbal, a atenção deve estar voltada para o que está sendo dito e como as ideias são organizadas. Já em textos que empregam a linguagem não-verbal ou mista, o leitor deve ser capaz de identificar e interpretar símbolos, imagens e outros elementos visuais, integrando-os ao conteúdo verbal para chegar a uma interpretação completa.

Desenvolver a habilidade de identificar e interpretar os diferentes tipos de linguagem contribui para uma leitura mais crítica e aprofundada, algo essencial em provas que avaliam a competência em Língua Portuguesa. Essa habilidade é um diferencial importante para a compreensão do que está explicitamente escrito e para a interpretação das nuances que a linguagem não-verbal ou mista pode adicionar ao texto.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada, especialmente em contextos de provas de concursos públicos. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

- **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

- **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

- **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

- **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

CONHECIMENTOS ACERCA DO DISTRITO FEDERAL

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO DISTRITO FEDERAL E DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO (RIDE), INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 94/1998 E SUAS ALTERAÇÕES

Visão histórica

A capital do Brasil foi primeiramente Salvador, depois se tornou o Rio de Janeiro e atualmente é Brasília no planalto central. A ideia de levar a capital para o planalto central, porém ocorreu bem antes da fundação de Brasília. Abaixo relatamos um quadro histórico sobre os fatos relevantes.

1761	Marques de Pombal menciona levar a capital para interior do país usando como justificativa a segurança nacional, visto ficar interiorizada longe da costa marítima.
1789	Na inconfidência mineira manifestou-se o desejo de interiorizar a capital levando-a para a cidade de Ouro Preto.
1823	Foi criado o congresso nacional. O deputado José de Bonifácio defendia veementemente a interiorização da capital. Neste mesmo ano José Bonifácio propõe o nome de “Brasília” para a nova capital.
1891	Foi promulgada a 1ª constituição republicana. Esta constituição determinou a transferência, a demarcação e reserva de uma área de 14.400 Km ² no planalto central para a fixação da capital do Brasil, oficializando assim a construção de Brasília.
1882	Foi encaminhada para o Planalto Central a Missão Crul que era uma missão exploradora do planalto central do Brasil com o objetivo de fazer um estudo técnico. A missão Crul estudou e demarcou a área para a futura construção da capital.
1922	Pedra Fundamental (Simplesmente um símbolo para anunciar que será construída a capital).
1946	Foi encaminhada outra missão exploradora denominada Missão Poli Coelho para atualizar os dados, visto que 1ª missão foi no século passado.
1956 - 1960	No governo do presidente JK a capital é transferida após sua construção parcial.

Fatos relevantes sobre JK referentes a construção da capital

1954 — Morte de Getúlio Vargas

1955 — Eleição de Juscelino Kubitschek (JK)

Após ser eleito JK aplicou o seu plano político que continha dois pilares, conforme a imagem abaixo:

PLANO POLÍTICO DE JUSCELINO KUBITSCHKEK (JK)	
Pilar Político	Pilar Econômico
Defender a constituição	Lema para desenvolvimento: 50 anos em 5
Defender a democracia	Plano de 30 metas para o desenvolvimento
	Lançamento da Meta síntese (Construção de Brasília)

Dentro deste contexto foi lançada então a **Meta Síntese** que tratava da construção e transferência da capital para a Brasília.

Construção e interiorização da capital

Na construção da capital no interior do Brasil ocorreram migrações internas principalmente de nordestinos e isto resultou num crescimento desordenado na região.

Os seguintes fatores estavam envolvidos:

- 1 — Segurança nacional
- 2 — Interiorização do povoamento
- 3 — Integração nacional
- 4 — Interiorização do desenvolvimento (pecuária e agricultura)

A região do Distrito Federal e os arredores foram protagonistas dos fatos citados acima causando um grande impacto social e econômico.

Neste cenário JK colocou o seu plano de desenvolvimento e metas estabelecidas por meio da construção de rodovias, abertura para entrada de indústrias automobilísticas, etc. Esse foi um período marcado pelo grande desenvolvimento do Brasil em todos os aspectos.

Outros Fatos relevantes sobre a construção de Brasília

- Os trabalhadores na construção de Brasília eram conhecidos como “Candangos”;
- Participação da empresa pública NOVACAP na construção de Brasília;
- **Os nomes chaves responsáveis pela construção de Brasília foram:** Juscelino Kubitschek (Presidente do Brasil), Oscar Niemeyer (Projeto arquitetônico), Lúcio Costa (Projeto Urbanístico) e Israel Pinheiro (político e empresário).

Realocação populacional

Como foi relatado, Brasília foi construída por trabalhadores (candangos) vindos de outras regiões do Brasil (principalmente nordeste). Estes trabalhadores fixaram residência na região, portanto era necessário realoca-los, liberando assim a área construída do DF para a função política-administrativa.

Dentro deste contexto esta população foi alocada na periferia, nascendo então as Cidades Satélites, que inicialmente eram cinco núcleos habitacionais: Planaltina, Brazilândia, Taguatinga, Núcleo Bandeirante e Candangolândia.

Todos esses acontecimentos se deram antes da inauguração de Brasília, mas até hoje o governo do Distrito Federal adota uma política habitacional e urbana. Esta postura tem como objetivo preservar o plano piloto original da construção de Brasília com sua função política-administrativa.

Dentro deste cenário migratório, os municípios do entorno de Goiás e Minas Gerais também foram alvos da migração de contingentes populacionais, desta forma o DF e estes municípios ficaram com relações estabelecidas e dependentes um do outro.

Criação da RIDE-DF (Rede Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno)

Ride na verdade é uma legislação que visa regulamentar aspectos jurídicos e administrativos desta realidade concreta de dependência social, espacial, econômica, cultural e política entre as partes, neste caso do DF e os municípios do entorno.

Vamos ver a imagem abaixo para solidificar o conceito de RIDE.

R	I	D	E
Região	Integrada (Conjunta)	Desenvolvimento	

Fatos relevantes sobre RIDE

- A RIDE-DF é a Rede Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno;
- A RIDE-DF é formada pelo DF + alguns municípios de Goiás e outros de Minas Gerais;
- **As áreas de atuação da RIDE são:** Transporte, saneamento básico, infraestrutura, saúde, segurança educação;
- Os municípios que pertencem a RIDE possuem prioridades na captação de recursos da UNIÃO;
- A legislação da RIDE foi criada em 1998 pela lei complementar No 94;
- A legislação da RIDE foi alterada em junho 2018 pela lei complementar 163 sancionada pelo presidente Michel Temer;
- Em 1998 a RIDE era formada pelo DF + 19 municípios de Goiás 2 de Minas Gerais;
- Após a alteração da lei em 2018 temos o DF + 29 municípios de Goiás 4 de Minas Gerais;
- **Os 4 municípios de MG que fazem parte da RIDE são:** Cabeceira Grande, Arinos, Buritis e Unaí, sendo que Cabeceira Grande e Arinos são inclusões recentes na RIDE;
- Existem outras RIDE pelo Brasil regulamentadas pela legislação;
- Há 3 RIDEs no BRASIL (1ª-DF e Entorno, 2ª Teresina e Timom, 3ª Juazeiro e Petrolina);
- A RIDE objeto do nosso estudo é a RIDE-DF e entorno;
- RIDE é diferente de Região Metropolitana.

TEMAS EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICOS

PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: PROCESSO DE PLANEJAMENTO; CONCEPÇÃO, IMPORTÂNCIA, DIMENSÕES E NÍVEIS

A comunicação e a interação grupal são fundamentais no processo de planejamento, contexto no qual a constituição de equipes constitui uma ação estratégica. A eficiência desse processo é desenvolvida por reuniões frequentes e avaliações ordenadas, garantindo constantes ajustes.

O treinamento de pessoal para o planejamento revela-se como aspecto-chave, assegurando que os integrantes se encontrem providos das habilidades requeridas. Em paralelo, a formação de equipes de estudo reforça o pilar de conhecimento, auxiliando na tomada de decisões fundamentadas.

O critério rigoroso na aplicação da distribuição de deveres é indispensável, garantindo que cada integrante atue e participe de acordo com suas habilidades. Nessa conjuntura, a fluidez na comunicação também é imprescindível, visto que simplifica o gerenciamento e mantém informadas todas as pessoas envolvidas.

Dessa forma, a sinergia entre as práticas arquitetadas, a interação grupal e a comunicação favorecem um potente processo de planejamento, com preparo para o enfrentamento eficaz dos desafios e para o alcance dos objetivos traçados. Nos encontros regulares, uma comunicação conduzida de forma eficaz não somente cumpre o propósito de propagar informações, como também favorece o diálogo construtivo, estimulando a troca de ideias e o alinhamento de metas. Essas reuniões auxiliam na identificação de desafios e novas possibilidades, viabilizando a flexibilidade indispensável ao planejamento.

A avaliação sistemática, nos que lhe concerne, não somente faz a medição dos resultados, como também possibilita adaptações proativas. O feedback regular proporciona revisão de rotas e melhorias, assegurando ajustes contínuos às necessidades do ambiente. A qualificação de pessoal transcende o treinamento técnico básico, compreendido também o desenvolvimento de capacidades de liderança e interpessoais, criando um time qualificado para realização de atividades e, ainda, para contribuir de forma efetiva no planejamento como um todo. A formação de grupos de estudo reforça a base de conceitos, estimulando a pesquisa e o entendimento apurado de assuntos pertinentes. Tais equipes passam a ser geradores de ideias, fornecendo percepções e esclarecimentos (insights) proveitosos para a elaboração de estratégias inovadoras.

Ao aplicar critérios na distribuição de tarefas, levando em conta os interesses e capacidades de cada indivíduo, o gestor auxilia na criação de um ambiente de trabalho pautado na equidade. Se os critérios aplicados forem eficientes, os resultados irão além da otimização da produtividade, fomentando do mesmo modo a satisfação e a motivação dos integrantes da equipe.

Uma eficiente integração desses aspectos no planejamento proporciona mais qualidade às decisões tomadas e reforça o espírito cooperativo, indispensável para o êxito de qualquer organização ao longo prazo.

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO; CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O planejamento participativo é uma abordagem inclusiva e colaborativa que envolve diversos stakeholders no processo de definição, construção, acompanhamento e avaliação de projetos e políticas. Este método se baseia no princípio de que as pessoas que são diretamente afetadas por decisões e ações devem ter voz ativa e participação na sua elaboração e implementação.

A concepção, construção, acompanhamento e avaliação do planejamento participativo seguem uma sequência lógica e inter-relacionada que busca assegurar transparência, responsabilidade e eficácia.

A concepção do planejamento participativo começa com a identificação e mobilização dos diversos stakeholders que serão envolvidos no processo. Isso inclui não apenas os gestores e técnicos, mas também os beneficiários diretos das políticas ou projetos, como comunidades locais, organizações da sociedade civil, e outros grupos interessados.

A inclusão desses atores é crucial para garantir que suas necessidades, expectativas e conhecimentos sejam incorporados desde o início. Durante a fase de concepção, é essencial criar um ambiente de confiança e diálogo aberto, onde todos se sintam à vontade para expressar suas opiniões e contribuir com suas ideias.

Uma vez definidos os participantes, a próxima etapa é a construção do plano. Esta fase envolve a realização de reuniões, oficinas e consultas públicas para coletar informações, identificar prioridades e definir os objetivos e metas do projeto ou política. A metodologia de construção do plano deve ser transparente e colaborativa, promovendo a participação ativa de todos os stakeholders. Ferramentas como mapas mentais, painéis colaborativos e técnicas de brainstorming são frequentemente utilizadas para facilitar a expressão de ideias e a construção coletiva de soluções. Durante essa etapa, é importante também definir claramente os recursos disponíveis, os prazos e as responsabilidades de cada participante, assegurando que todos compreendam e concordem com o plano elaborado.

O acompanhamento é uma fase contínua que ocorre durante a implementação do plano. Envolve o monitoramento constante das atividades e processos, garantindo que o plano seja executado conforme previsto. O acompanhamento participativo requer a criação de mecanismos de feedback e comunicação regular entre todos os stakeholders. Isso pode incluir a realização de reuniões

periódicas, a utilização de plataformas digitais para a troca de informações e o desenvolvimento de indicadores de desempenho que permitam avaliar o progresso das ações. A transparência e a prestação de contas são fundamentais nesta fase, pois fortalecem a confiança entre os participantes e permitem a identificação e correção de possíveis desvios ou problemas.

A avaliação do planejamento participativo é a etapa final, mas igualmente importante, que envolve a análise dos resultados alcançados em comparação com os objetivos e metas estabelecidos. A avaliação deve ser participativa, incluindo a participação de todos os stakeholders para assegurar uma perspectiva abrangente e inclusiva dos resultados. Métodos como entrevistas, questionários, grupos focais e análise de dados são utilizados para coletar informações sobre a eficácia, eficiência, relevância e sustentabilidade das ações implementadas. A avaliação não só mede o sucesso do plano, mas também identifica lições aprendidas e oportunidades de melhoria para futuros projetos.

Além das etapas específicas, o planejamento participativo é fundamentado em princípios que orientam todo o processo. A inclusividade assegura que todos os grupos relevantes tenham a oportunidade de participar, especialmente aqueles que tradicionalmente são marginalizados ou sub-representados. A transparência garante que todas as informações relevantes sejam acessíveis e que os processos decisórios sejam claros e abertos. A responsabilidade implica que todos os participantes assumam suas responsabilidades e prestem contas sobre suas ações e decisões.

O planejamento participativo enfrenta diversos desafios. A diversidade de opiniões e interesses pode levar a conflitos e dificuldades na tomada de decisão. Além disso, o processo pode ser mais demorado e exigir mais recursos do que métodos tradicionais de planejamento. No entanto, os benefícios de um planejamento participativo, como maior legitimidade, aceitação e sustentabilidade das ações, geralmente superam esses desafios.

Em termos práticos, o planejamento participativo pode ser aplicado em diversos contextos, desde o desenvolvimento urbano e planejamento ambiental até a educação e políticas de saúde. Por exemplo, em projetos de desenvolvimento urbano, a participação das comunidades locais pode assegurar que as necessidades e preferências dos moradores sejam consideradas, resultando em projetos mais sustentáveis e aceitos. Em políticas de saúde, a inclusão de pacientes e profissionais de saúde no processo de planejamento pode melhorar a qualidade e a acessibilidade dos serviços prestados.

Em resumo, o planejamento participativo é uma abordagem dinâmica e inclusiva que envolve todas as partes interessadas no processo de concepção, construção, acompanhamento e avaliação de projetos e políticas. Ele promove a transparência, a responsabilidade e a eficácia, assegurando que as decisões sejam tomadas com base em uma compreensão abrangente das necessidades e expectativas dos stakeholders. Embora desafiante, o planejamento participativo oferece uma oportunidade única para criar soluções mais justas, eficazes e sustentáveis, fortalecendo a confiança e o engajamento das comunidades envolvidas.

PLANEJAMENTO ESCOLAR; PLANOS DA ESCOLA, DO ENSINO E DA AULA

O planejamento está presente em nosso cotidiano, ao nortear a realização das atividades do dia a dia. Aplicado em diversos setores, é de fundamental importância para o êxito de nossas ações, inclusive na atividade docente, durante o processo educativo.

A ausência do planejamento pode ter consequências caóticas, resultados desastrosos, indesejados, inesperados! No âmbito educacional, pode acarretar em aulas monótonas, improvisadas, desorganizadas, desestimulantes, desencadeando o desinteresse dos estudantes pelo conteúdo e pelas aulas, o que é extremamente prejudicial, em oposição aos resultados desejados para a boa formação.

E se fosse você? Gostaria de participar de uma aula ministrada sem planejamento, realizada às pressas, por “falta de tempo” para sua elaboração, utilizando um recurso qualquer pelo fato do professor não ter selecionado ou se preparado previamente?

Estas questões merecem nossa atenção de maneira muito cuidadosa, porque além do planejamento refletir o que será realizado, reveste-se de uma grande responsabilidade, assumida pelo educador na formação do estudante e no compromisso com a escola, com a educação e com a sociedade.

Conforme os níveis de complexidade, o educador elabora diferentes planos: plano de curso, plano de ensino e plano de aula. Estes documentos possuem como objetivo geral, a previsão de resultados desejáveis e descrição dos meios necessários para alcançar estes resultados.

Certamente, antes de iniciar a construção dos planos é necessário conhecer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e demais legislações que regem o ensino, o Código de Ética Profissional e o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso, como documento norteador na elaboração do planejamento do docente.

O PLANEJAMENTO ESCOLAR

Os tempos e os espaços devem ser pensados no planejamento anual com a participação efetiva dos docentes em conjunto com os gestores, devendo **conciliar** o cumprimento dos **objetivos** do conteúdo programático, as datas comemorativas e principalmente, a **aprendizagem**.

Assim, deve-se buscar o **equilíbrio**, pois carregar a programação com atividades em demasia, estafa as crianças e os professores, além de prejudicar a aprendizagem por não haver tempo de sedimentação e fixação do conteúdo.

Também, relativo ao tempo, é o estabelecimento da **rotina diária** das crianças na escola que envolve **higiene básica, alimentação, hora do descanso, brincadeiras e realização de atividades**.

Em relação aos espaços, a gestão escolar e os professores devem preocupar-se com a sala de aula, pátio, refeitório, brinquedoteca, quadra entre outros. Os espaços devem ser arejados, iluminados, dotados do mobiliário adequado para a faixa etária, permitindo que a criança sinta-se confortável e segura.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor Substituto- Língua Portuguesa

FONÉTICA E FONOLOGIA: RELAÇÃO ENTRE FONEMA E LETRA. ENCONTROS VOCÁLICOS E CONSONANTAIS, DÍGRAFOS. SEPARAÇÃO SILÁBICA E TRANSLINEAÇÃO

Fonética

Segundo o dicionário Houaiss, fonética “é o estudo dos sons da fala de uma língua”.

O que isso significa? A fonética é um ramo da Linguística que se dedica a analisar os sons de modo físico-articulator. Ou seja, ela se preocupa com o movimento dos lábios, a vibração das cordas vocais, a articulação e outros movimentos físicos, mas não tem interesse em saber do conteúdo daquilo que é falado.

A fonética utiliza o Alfabeto Fonético Internacional para representar cada som.

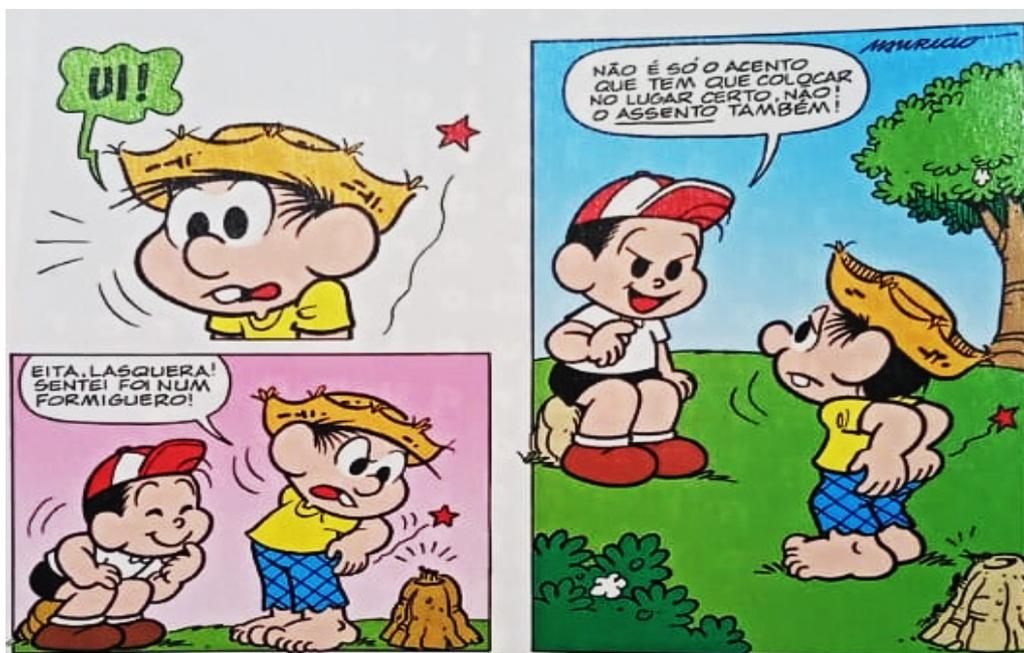
Sintetizando: a fonética estuda o movimento físico (da boca, lábios, língua...) que cada som faz, desconsiderando o significado desses sons.

Fonologia

A fonologia também é um ramo de estudo da Linguística, mas ela se preocupa em analisar a organização e a classificação dos sons, separando-os em unidades significativas. É responsabilidade da fonologia, também, cuidar de aspectos relativos à divisão silábica, à acentuação de palavras, à ortografia e à pronúncia.

Sintetizando: a fonologia estuda os sons, preocupando-se com o significado de cada um e não só com sua estrutura física.

Para ficar mais claro, leia os quadrinhos:



(Gibizinho da Mônica, nº73, p.73)

O humor da tirinha é construído por meio do emprego das palavras acento e assento. Sabemos que são palavras diferentes, com significados diferentes, mas a pronúncia é a mesma. Lembra que a fonética se preocupa com o som e representa ele por meio de um Alfabeto específico? Para a fonética, então, essas duas palavras seriam transcritas da seguinte forma:

Acento	asẽtu
Assento	asẽtu

Percebeu? A transcrição é idêntica, já que os sons também são. Já a fonologia analisa cada som com seu significado, portanto, é ela que faz a diferença de uma palavra para a outra.

Bom, agora que sabemos que fonética e fonologia são coisas diferentes, precisamos entender o que é fonema e letra.

Fonema: os fonemas são as menores unidades sonoras da fala. Atenção, estamos falando de menores unidades de som, não de sílabas. Observe a diferença: na palavra pato a primeira sílaba é pa-. Porém, o primeiro som é pê (P) e o segundo som é a (A).

Letra: as letras são as menores unidades gráficas de uma palavra.

Sintetizando: na palavra pato, pa- é a primeira sílaba; pê é o primeiro som; e P é a primeira letra.

Agora que já sabemos todas essas diferenciações, vamos entender melhor o que é e como se compõe uma sílaba.

Sílaba: A sílaba é um fonema ou conjunto de fonemas que é emitido em um só impulso de voz que tem como base uma vogal. A sílabas são classificadas de dois modos:

Classificação quanto ao número de sílabas:

As palavras podem ser:

- **Monossílabas:** as que têm uma só sílaba (pê, pá, mão, boi, luz, é...)
- **Dissílabas:** as que têm duas sílabas (café, leite, noites, caí, bota, água...)
- **Trissílabas:** as que têm três sílabas (caneta, cabeça, saúde, circuito, boneca...)
- **Polissílabas:** as que têm quatro ou mais sílabas (casamento, jesuíta, irresponsabilidade, paralelepípedo...)

Classificação quanto à tonicidade

As palavras podem ser:

- **Oxítonas:** quando a sílaba tônica é a última (ca-fé, ma-ra-cu-já, ra-paz, u-ru-bu...)
- **Paroxítonas:** quando a sílaba tônica é a penúltima (me-sa, sa-bo-ne-te, ré-gua...)
- **Proparoxítonas:** quando a sílaba tônica é a antepenúltima (sá-ba-do, tô-ni-ca, his-tó-ri-co...)

Lembre-se que:

Tônica: a sílaba mais forte da palavra, que tem autonomia fonética.

Átona: a sílaba mais fraca da palavra, que não tem autonomia fonética.

Na palavra telefone: te-, le-, ne- são sílabas átonas, pois são mais fracas, enquanto que fo- é a sílaba tônica, já que é a pronunciada com mais força.

Agora que já sabemos essas classificações básicas, precisamos entender melhor como se dá a divisão silábica das palavras.

Divisão silábica

A divisão silábica é feita pela silabação das palavras, ou seja, pela pronúncia. Sempre que for escrever, use o hífen para separar uma sílaba da outra. Algumas regras devem ser seguidas neste processo:

Não se separa:

- **Ditongo:** encontro de uma vogal e uma semivogal na mesma sílaba (cau-le, gai-o-la, ba-lei-a...)
- **Tritongo:** encontro de uma semivogal, uma vogal e uma semivogal na mesma sílaba (Pa-ra-guai, quais-quer, a-ve-ri-guou...)
- **Dígrafo:** quando duas letras emitem um único som na palavra. Não separamos os dígrafos ch, lh, nh, gu e qu (fa-cha-da, co-lhei-ta, fro-nha, pe-guei...)
- **Encontros consonantais inseparáveis:** re-cla-mar, psi-có-lo-go, pa-trão...)

Deve-se separar:

- **Hiatos:** vogais que se encontram, mas estão em sílabas vizinhas (sa-ú-de, Sa-a-ra, ví-a-mos...)
- Os dígrafos rr, ss, sc, e xc (car-ro, pás-sa-ro, pis-ci-na, ex-ce-ção...)
- **Encontros consonantais separáveis:** in-fec-ção, mag-nó-lia, rit-mo...)

TRANSLINEAÇÃO

CONCEITO DE TRANSLINEAÇÃO

A translineação é o processo gráfico de separação silábica de uma palavra no final de uma linha, transferindo parte dela para o início da linha seguinte. Trata-se de um recurso importante da ortografia normativa do português, que visa garantir a fluidez visual e a organização estética do texto quando há limitação de espaço em uma linha, especialmente em composições manuais, textos impressos, publicações editoriais e provas escritas.

É um fenômeno regulado pelas regras da separação silábica, uma vez que a divisão de palavras entre linhas deve respeitar a estrutura silábica correta conforme as normas da Língua Portuguesa.

Exemplo prático:

Quando um estudante pre-pa-ra seu texto com atenção, a legibilidade me-lho-ra consideravelmente.

Nessa situação, a palavra “prepara” foi dividida corretamente em “pre-” e “para”, seguindo a divisão silábica da língua portuguesa. O mesmo ocorre com “melhora”, que foi separada em “me-” e “lhora”.